

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.138 - SP (2019/0301891-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : PATRICIA MARYS DE ALMEIDA GONCALVES
ADVOGADO : PATRÍCIA MARYS DE ALMEIDA GONÇALVES -
SP169686
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRUNO AUGUSTO ARRUDA PRADO DIAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de BRUNO AUGUSTO ARRUDA PRADO DIAS, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que negou provimento à apelação da defesa em acórdão assim ementado (fl. 168):

APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. I - Preliminar de nulidade afastada. Nenhuma das testemunhas arroladas pela Defesa anterior do acusado, foi ouvida sem a intimação do seu novo defensor. No mais, o apelante não comprovou o prejuízo causado e, como sabido, o sistema de nulidade previsto no Código de Processo Penal, no qual vigora o princípio do *pas de nullité sans grief*, dispõe que, inexistindo prejuízo, não se proclama a nulidade do ato processual, mesmo que este tenha sido produzido em desacordo com as formalidades legais. II - Mérito. Absolvição. Impossibilidade. Provas da materialidade e autoria. Apreensão de grande quantidade de drogas em poder do acusado, dentre elas, 40.527 quadrados descartáveis agrupados em 81 cartelas de papel pré-cortadas, contendo 251-NBOMe, conhecida por "Pandora", com efeitos alucinógenos similares ao LSD. Palavras dos policiais valoração. III - Penas mantidas. Redutor não aplicado, pois há provas de que o acusado dedica-se ao tráfico, segundo as mensagens de seu celular. Regime prisional mantido. APELO DESPROVIDO.

O paciente foi condenado à pena de 6 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 600 dias-multa, por ofensa ao art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006.

A impetrante argumenta, em suma, que a quantidade e espécie de entorpecentes não podem servir de sustentáculo para se majorar ou negar aplicação de benesses e, também, para fixar o regime inicial de cumprimento da pena, acrescendo que *tendo sido consideradas favoráveis as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, não há razão a justificar o estabelecimento do regime fechado* (fl. 25).

Requer, liminarmente e no mérito, a readequação da pena-base, com a aplicação do § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, e a alteração do regime inicial

Superior Tribunal de Justiça

para o aberto ou, na pior das hipóteses, semiaberto, substituindo-se a pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se evidente constrangimento ilegal.

Essa não é a situação presente, em que a pretensão de redimensionamento da pena-base e alteração do regime prisional inicial é claramente satisfativa, melhor cabendo o seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, garantindo-se assim a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator